



CLIPPING



11 de
Janeiro
2022

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER 70

> VACINAÇÃO CAMPANHA

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8) lançaram uma campanha em defesa da vacinação das crianças brasileiras, incluindo a imunização contra a covid-19 para meninos e meninas com idade entre cinco e onze anos de idade. A vacina para essa faixa etária foi aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) no dia 16 de dezembro de 2021. Além da comissão de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem do TRT8 e o MPPA, estão na campanha o Ministério Público do Trabalho no Pará e Amapá e a Sociedade Paraense de Infectologia e de Pediatria. O tema da campanha é #minhacriançavacinada.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CASO YASMIN

JUSTIÇA
DECRETA
SIGILO DO
INQUÉRITO

DEPOIMENTOS - Algumas testemunhas voltam a prestar depoimento nesta semana. Advogado afirma que próximo passo é a reprodução simulada após um mês da morte de influencer.

JOÃO THIAGO DIAS
DA REDAÇÃO

O caso da morte da influenciadora digital e estudante de medicina veterinária Yasmin Cavaleiro de Macêdo, de 21 anos, completa um mês amanhã, e pode ganhar desdobramentos esta semana, quando algumas testemunhas voltam a prestar depoimento. Entretanto, a Divisão de Homicídios da Polícia Civil do Pará e advogados de defesa de alguns envolvidos restringiram as informações, porque o inquérito policial entrou em sigilo na sexta-feira (7).

A jovem desapareceu nas águas do rio Maguari, em Belém, por volta de 22h30 de 12 de dezembro, após participar de um passeio de lancha. Familiares e amigos dela avaliam que entre 13 e 17 pessoas estavam na lancha.

O corpo foi encontrado às 12h40 do dia 13, no distrito de Icoaraci, próximo a uma marina particular.

Segundo o Corpo de Bombeiros do Pará, Yasmin foi encontrada por mergulhadores do 1º Grupamento Marítimo Fluvial a aproximadamente 11 metros de profundidade.

Durante depoimentos de passageiros a polícia descobriu que tiros foram disparados na lancha no dia em que Yasmin desapareceu da embarcação. Ainda em dezembro, a mãe da vítima, Eliene Cristina Fontes, afirmou que há três versões dos fatos, segundo pessoas que estavam na lancha. Naquele mês Eliene disse que houve relatos de que Yasmin caiu. Depois, de que estava na escada fazendo xixi e sumiu. Por último, que estava no meio do rio e, quando procuraram, não a encontraram mais.

"A Justiça decretou sigilo do inquérito. Na sexta-feira (7) saiu a decisão decretando sigilo total no inquérito. Agora não posso falar muita coisa. Mas o que posso dizer é que os depoimentos seguem até sexta-feira (14). Hoje de

manhã teve gente que depôs. Até sexta acaba e eles vão partir, se Deus quiser, a partir da semana que vem, para a reprodução simulada dos fatos", disse ontem o advogado da família da vítima, Luiz Araújo.

Uma fonte que pediu sigilo informou que, na sexta-feira (7), a equipe de policiais que investiga o caso cumpriu mandado de busca e apreensão na casa do dono da lancha e suspeito no caso, Lucas Magalhães de Souza, em Belém. A polícia buscava uma arma de fogo e celulares.

O advogado Paulo Maia, responsável pela defesa de Lucas Magalhães, não falou sobre esse mandado e também destacou o sigilo do caso. "Infelizmente, como já foi noticiado desde sexta, o inquérito está sob sigilo, então não posso mais dar informações sobre o inquérito. Assim que pudermos,

iremos nos manifestar", disse ontem.

Por volta das 10h de ontem, Amanda Brazão, uma das pessoas que estavam na lancha, foi ouvida pela segunda vez na Divisão de Homicídios. Ela estava acompanhada pelo advogado Breno Lins, que confirmou o novo depoimento. "Por ora, só isso. Nada de novo ou relevante", resumiu o advogado.

Em nota divulgada em 7 de janeiro, a Polícia Civil do Pará informou que todos os procedimentos estavam sendo executados para solucionar o caso. Na ocasião informou, ainda, que o inquérito policial será concluído no prazo legal. Procurada ontem à tarde, a assessoria da Polícia Civil não respondeu sobre a busca na casa de Lucas Magalhães nem sobre os novos depoimentos desta semana.



Advogado
Luiz Araújo:
"Agora não
posso falar
muita coisa"



Polícia trabalha para esclarecer as circunstâncias da morte de Yasmin Cavaleiro de Macêdo

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CRIMINOSOS QUE VENDIAM DROGAS SÃO PRESOS O TRÁFICO NÃO TEM PAZ

Maykon Silva Ribeiro e Vitorio Augusto Martins Vieira foram flagrados com entorpecentes por policiais militares na cidade de Vigia de Nazaré, nordeste do Estado, onde o combate a esse tipo de crime é intenso

REPRESSÃO TOTAL

JR Avelar

Comercializar drogas na cidade de Vigia de Nazaré, região nordeste do Pará, não é para os fracos. A Polícia Militar, através da 3ª Companhia Integrada, montou um esquema de denúncia que tem rendido resultados satisfatórios com prisões em flagrantes.

No último sábado (8), por volta das 11h40, chegou ao comando da 3ª Companhia mais uma denúncia de que na passagem Fc em Deus, no bairro Bariri, dois homens estavam em plena atividade comercializando drogas.

Comandante da unidade, o capitão Pinheiro determinou que uma equipe da Rocam, com o cabo Nascimento e soldados Jhon e Mateus, para verificar a situação em uma construção de madeira abandonada, bastante conhecida pelas guarnições da área.

Para facilitar a captura dos suspeitos foi pedido apoio da viatura 5101, com intuito de evitar qualquer tipo de fuga dos homens.

Na aproximação do local indicado, os policiais perceberam um dos criminosos, posteriormente identificado como Vitorio Augusto Martins Vieira, se livrando de um embrulho plástico que, de imediato, foi pego e constatado que se tratava de maconha.



O segundo homem que estava no local ainda tentou fugir, mas logo foi capturado e identificado como Maykon Silva Ribeiro. Diante dos fatos, os suspeitos e o material apreendido foram apresentados na Unidade Integrada Pará Paz de Vigia para os devidos procedimentos.

Os policiais fizeram apresentação de 32 trouxinhas de maconha, uma balança de precisão, um aparelho celular e um bloco de notas contendo informação da venda do tráfico pelos criminosos.



A dupla foi levada para a delegacia juntamente com 32 trouxinhas de maconha, celular e um caderno de anotações
FOTOS: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

FLAGRADO COM PISTOLA E R\$ 11 MIL EM DINHEIRO PORTE ILEGAL DE ARMA

Uma denúncia anônima levou policiais militares ao encontro de Ananias Henrique Oliveira Neto, que foi preso em Castanhal, região nordeste do Pará, mas acabou liberado após pagar fiança de um salário e meio



FISCALIZAÇÃO

Tiago Silva
DE CASTANHAM

Na cidade de Castanhal, região nordeste paraense, um homem foi preso por porte ilegal de arma de fogo, identificado como Ananias Henrique Oliveira Neto, 35. A prisão com a apreensão da arma e munições foi efetuada por uma guarnição da Polícia Militar, às 21h30 do último domingo (9), no bairro Bom Jesus.

Policiais militares da 3ª Companhia Independente de Missões Especiais (3ª Cime) realizavam patrulhamento táti-

co pelo centro de Castanhal, quando receberam informações de que um homem estava às proximidades de uma torre, no bairro Santa Catarina, com uma arma de fogo e ostentando grande quantia em dinheiro.

Ainda segundo as denúncias, o homem ameaçava moradores da área. De posse das informações, os policiais militares foram até o local e, já na travessa Dom João, área do bairro Bom Jesus, encontraram o carro do acusado, uma caminhonete de cor prata.

APREENSÕES

Os militares viram quando o cidadão saiu apressado e jogou algo ao chão. Após fazer a abordagem e averiguação, a equi-

pe policial encontrou uma pistola da marca Taurus, modelo 938 com numeração e um carregador de pistola 938 e, depois de realizar buscas no veículo, foram encontradas 22 munições calibre 38 e 20 munições de pistola calibre 380, além do valor de R\$ 11.252,00.

O acusado, identificado como Ananias Henrique Oliveira Neto, 35, foi preso e apresentado na Delegacia de Polícia Civil do Centro de Castanhal, onde o delegado José Bezerra o autuou em flagrante pelo crime de porte ilegal de arma de fogo.

Depois que todos os procedimentos cabíveis foram realizados, o acusado pagou fiança de um salário mínimo e foi liberado.



Arma da marca Taurus, modelo 938, estava carregada com muita munição
FOTOS: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

PA: Juízas e juízes substitutos concluem parte prática do Curso Inicial de Formação

- 10 de janeiro de 2022



Foto: TRE-PA

A presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, participou nesta segunda-feira (10/1) do evento de entrega das portarias às juízas e aos juízes substitutos que concluíram a parte prática do Curso Inicial de Formação. E, a partir de agora, vão auxiliar as varas judiciais do estado.

Para a presidente do TRE do Pará, “é muito importante disponibilizar o conhecimento do Direito Eleitoral, não só em um curso da magistratura, mas também, nas universidades.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Diante disso, tenho certeza de que a Escola Judicial do Pará ofereceu todas as informações necessárias para que as senhoras e os senhores entendessem a importância e a função do papel da magistratura em uma sociedade”.

As magistradas e os magistrados tomaram posse no [Tribunal de Justiça do Pará \(TJPA\)](#) no último trimestre de 2021. E, logo em seguida, fizeram a etapa teórica do Curso Inicial de Formação de Escola Judicial do Pará.

A desembargadora aproveitou a oportunidade para desejar “plena realização por esta opção de vida, que é a magistratura”. E destacou a importância em “ter, num estado como o Pará, magistradas e magistrados compromissados, presentes, dedicados, que escutam e conhecem a nossa realidade social”.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Prefeito garante a camelôs que vai comprovar à Justiça que obra de shopping popular é 'viável'

Nélio Aguiar (DEM) reuniu com os camelôs na praça da Matriz e informou que vai recorrer da decisão que suspendeu a obra.

Por **Sílvia Vieira**, g1 Santarém e Região — PA
11/01/2022 10h59 · Atualizado há 56 minutos



Prefeito Nélio Aguiar em reunião com camelôs na Praça da Matriz — Foto: Divulgação

Em reunião com camelôs que atuam na Praça da Matriz, em [Santarém](#), oeste do Pará, o prefeito Nélio Aguiar (DEM) garantiu na manhã desta terça-feira (11), que o Município vai recorrer da decisão judicial que determinou a suspensão imediata das obras na Praça Rodrigues dos Santos, no centro histórico da cidade.

[A liminar que determinou a suspensão das obras na praça foi deferida pelo juiz Laércio de Oliveira Ramos](#), 6ª Vara Cível e Empresarial de [Santarém](#), na segunda-feira (10), em Ação Civil Pública movida pela Promotoria de Justiça contra o Município em razão de não ter havido uma discussão prévia com a

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

sociedade e pelo fato do logradouro dentro da área poligonal da Zona de Preservação do Patrimônio Cultural do Município.

Nesse primeiro momento, a Prefeitura vai cumprir a decisão e já paralisou os trabalhos na praça, enquanto a Procuradoria Jurídica prepara o recurso. "Vamos cumprir a decisão judicial e o prazo de recurso, já existe essa definição por parte da Prefeitura. Temos todas as condições legais de executar essa obra e atender esse pleito econômico e social de 100 homens e mulheres que trabalham como camelôs. O shopping popular é um sonho de mais de 25 anos desses homens e mulheres que trabalham na praça, por isso viemos aqui mostrar que vamos lutar até o fim com os instrumentos jurídicos disponíveis para colocar em prática esse projeto", disse.

Durante a conversa com os camelôs, Nélio Aguiar disse que o Município vai comprovar que a obra é perfeitamente viável e atende todas as normas.

"A obra não irá desconfigurar a praça e o seu bem histórico-cultural para a cidade, ela utilizará apenas 11% do espaço da praça e posteriormente será revitalizada, mantendo-se assim preservada, passando a ter uma importância social e econômica para a cidade e seus trabalhadores. Portanto, tem como a gente respeitar a parte histórica e arqueológica da Praça Rodrigues dos Santos. Com a obras na lateral é como se a gente fosse fazer um alargamento da rua Siqueira Campos", explicou o prefeito.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Na poligonal da Praça, prefeitura pretende construir 100 boxes — Foto: Reprodução

A reunião teve a participação da procuradora-geral do município, advogada Paula Piazza e do chefe de Gabinete da Prefeitura, Alberto Portela, além do presidente da Associação dos Camelôs conhecido como "Sousa".

Sousa disse que a categoria está confiante em uma decisão favorável ao recurso da Prefeitura. "O prefeito está cumprindo o papel de um bom gestor, dando satisfação à sociedade santarena. Aconteceu muito *fake news* de que a Prefeitura ia destruir a praça com a obra. Não existe isso. A obra vai ocupar apenas uma lateral da praça e a praça vai ser revitalizada tanto que as árvores que estão no centro da praça não são ser mexidas. Nós respeitamos a ordem da justiça e aguardamos com todo respeito à Justiça e ao MP o recurso que esperamos que seja deferido a nosso favor".

De acordo com a procuradora Paula Piazza, estudos sobre a presença de material arqueológico na área da praça já estão sendo feitos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Na semana passada, quando foram iniciados trabalhos de retirada de árvores da lateral da praça, fragmentos de cerâmica e pedaços de ossos foram encontrados no local. Os materiais podem ser vestígios de um cemitério indígena.

Shopping popular

A obra que visas criar uma estrutura adequada para acomodar os vendedores ambulantes que hoje atuam na Praça da Matriz com vendas de artigos diversos, vai contar com 100 boxes em alvenaria, porta de rolo, com telhado em cerâmica e forro em PVC, cada um com 4,80m² de área.

Todo o complexo terá 521,75m² de área construída. Os serviços estão orçados em R\$ 1.069.626,12, recurso proveniente do Governo Federal, via Ministério do Desenvolvimento Regional e contrapartida da Prefeitura de [Santarém](#). A empresa vencedora da licitação e responsável pela obra é a Sollos Construtora Ltda e o prazo para a entrega do novo espaço é de 8 meses.

****Colaborou Alcindo Lima, da Rádio 94 FM***

- [SANTARÉM](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça determina suspensão imediata de obras de 'shopping popular' na Praça Rodrigues dos Santos

O juiz Laércio de Oliveira Ramos, 6ª Vara Cível e Empresarial de Santarém fixou multa de R\$ 100 mil em caso de descumprimento.

Por Sílvia Vieira, g1 Santarém e Região — PA
10/01/2022 11h42 · Atualizado há um dia



Obras iniciadas na praça Rodrigues dos Santos para construção de shopping popular — Foto: Pe. Sidney Canto

O juiz Laércio de Oliveira Ramos, 6ª Vara Cível e Empresarial de [Santarém](#), oeste do Pará, concedeu liminar na manhã desta segunda-feira (10), em [Ação Civil Pública movida pela Promotoria de Justiça contra o Município](#) para suspensão imediata da construção de shopping popular (camelódromo) na Praça Rodrigues dos Santos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

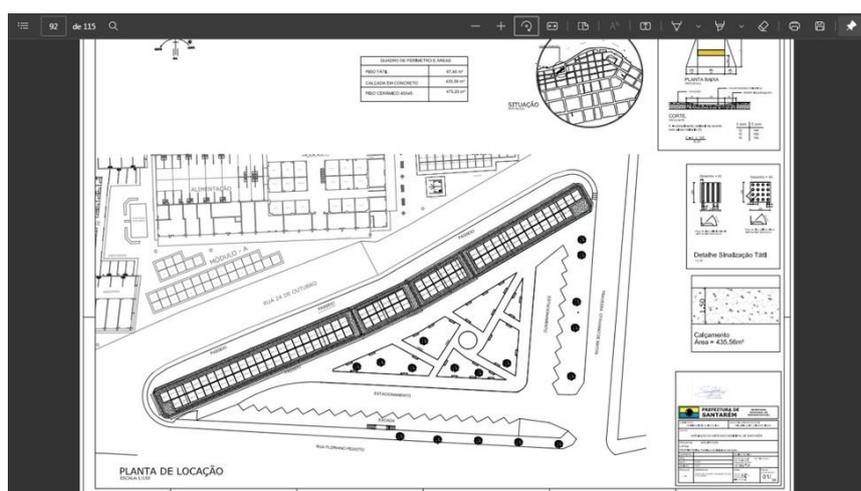
Laércio Ramos levou em consideração informações do Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós (IHGTap) que constam da ACP movida pelo MPPA, de que "a praça se encontra dentro da área poligonal da Zona de Preservação do Patrimônio Cultural do Município e quaisquer obras realizadas no local, devem seguir criteriosamente as normativas dadas pela legislação municipal".

Além disso, considerou indicativos de que o início da obra seu deu sem prévia realização de avaliação ou estudos técnicos, e que a realização de qualquer serviço no local pode efetivamente "atingir diretamente bens (materiais/imateriais) que aparentemente possuem intensa relevância ao acervo histórico e cultural local.

"(...) determino que seja imediatamente sustada qualquer obra pelo Requerido [Prefeitura de [Santarém](#)] na área questionada e, caso esta já tenha sido iniciada, que seja imediatamente paralisada, até o deslinde da questão, sob pena de multa que fixo no patamar de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), sem prejuízo de ampliação da multa e/ou outras medidas legais", decidiu o magistrado na tutela antecipada.

O município ainda não foi notificado da decisão judicial.

Shopping popular



Planta do shopping popular que será construído em Santarém — Foto: Reprodução

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A obra que visas criar uma estrutura adequada para acomodar os vendedores ambulantes que hoje atuam na Praça da Matriz com vendas de artigos diversos, vai contar com 100 boxes em alvenaria, porta de rolo, com telhado em cerâmica e forro em PVC, cada um com 4,80m² de área.

Todo o complexo terá 521,75m² de área construída. Os serviços estão orçados em R\$ 1.069.626,12, recurso proveniente do Governo Federal, via Ministério do Desenvolvimento Regional e contrapartida da Prefeitura de [Santarém](#). A empresa vencedora da licitação e responsável pela obra é a Sollos Construtora Ltda e o prazo para a entrega do novo espaço é de 8 meses.



Na poligonal da Praça, prefeitura pretende construir 100 boxes — Foto: Reprodução

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

HOMICÍDIO DOLOSO

Militares envolvidos em morte de indígena no Pará serão julgados pela justiça comum

11 JAN 2022 - 11H53 | ATUALIZADO 11 JAN 2022 - 11H56 | Compartilhar 1



A Promotoria de Justiça Militar do Ministério Público apura a morte do jovem indígena, Isac Tembê, 24 anos, que aconteceu no dia 12 de fevereiro do ano passado, no município de Capitão Poço, nordeste do Pará. A vítima era líder indígena da tribo Tembê Theneteraha e morreu com um tiro no tórax em uma área de caça.

Em conversa com o Portal Roma News, o Promotor de Justiça titular da Promotoria Militar de Belém, Armando Brasil Teixeira, contou que havia indícios de o crime ter sido efetuado por um policial militar e, com isso, encaminhou o

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

caso para ser julgado pela Comarca de Capitão Poço. Segundo Armando, o caso pode ser considerado homicídio doloso.

RELEMBRE O CASO

[Isac Temb  foi morto a tiros na noite do dia 12 de fevereiro, no município de Capitão Poço, nordeste do Pará.](#) A liderança indígena fazia parte de um grupo jovem de indígenas Kamarar w , filho do cacique da aldeia Jacaré. Segundos informações, de pessoas e lideranças próxima a vítima, o crime aconteceu às 22h de sexta.

Indígenas alegam que o crime foi cometido pela Polícia Militar e aconteceu quando um grupo de guerreiros jovens indígenas caava na companhia de Isac Temb , em terras indígenas, no município de Capitão Poço. Até o momento a Polícia Militar do estado ainda não se posicionou diante do caso.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

PARÁ

Justiça determina suspensão das obras no camelódromo de Santarém; entenda

Liminar foi deferida pelo Juiz Laércio de Oliveira Ramos da 6ª Vara Cível e Empresarial



Andria Almeida

10.01.22 18h15



Justiça determina suspensão das obras no camelódromo de Santarém. (Reprodução / Sidney Canto)

Decisão da Justiça determinou nesta segunda-feira (10) a suspensão das obras do shopping popular na área da praça Rodrigues dos Santos, em Santarém, oeste do Pará. A liminar foi deferida pelo Juiz Laércio de Oliveira Ramos da 6ª Vara Cível e Empresarial, após o pedido do Ministério Público apresentado na última quarta-feira (6).

O Juiz levou em consideração as informações do Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós (IHGTap) presentes na ação civil pública movida pelo MPPA, a fim de evitar a destruição do espaço, que segundo o instituto, é considerado patrimônio histórico do município.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

"Defiro a liminar pleiteada (pelo Ministério Público) e determino que seja imediatamente sustada qualquer obra pelo Requerido na área questionada e, caso esta já tenha sido iniciada, que seja imediatamente paralisada, até o deslinde da questão, sob pena de multa que fixo no patamar de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), sem prejuízo de ampliação da multa e/ou outras medidas legais", ordenou o magistrado.

Outro ponto levado em consideração foram indicativos de que o início da obra foi iniciada sem a realização de avaliação ou estudos técnicos, e que a realização de qualquer serviço no local pode efetivamente "atingir diretamente bens (materiais/imateriais) que aparentemente possuem intensa relevância ao acervo histórico e cultural local".

O juiz determinou a citação do município, para contestar a liminar. E a intimação do MPPA para que, "no prazo de 10 dias", informe à Justiça a situação atual da praça Manoel Waldomiro Rodrigues dos Santos.

Achados históricos

As obras do Camelódromo iniciaram na última terça-feira (4), com a retirada de algumas árvores do local. Com a continuidade dos serviços, fragmentos de cerâmica e ossos apareceram a aparecer, o que chamou a atenção para um possível sítio arqueológico naquele espaço.

O local para é um sonho antigo para os trabalhadores que atuam sem um espaço digno. Na última semana do ano passado o prefeito de Santarém, Nélio Aguiar (DEM), divulgou a data de início e término dos serviços, que seria para o início do segundo semestre de 2022.

De acordo com projeto, a obra na Praça Rodrigues dos Santos iria contar com 100 boxes em alvenaria, porta de rolo, telhado em cerâmica e forro em PVC, cada um com 4,80m² de área. A construção completa do terá 521,75m² de área e está orçado em R\$1.069.626,12, recurso do Governo Federal, via Ministério do Desenvolvimento Regional e contrapartida da Prefeitura de Santarém.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br